

A PARCERIA UFJF/ ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES – MST: A EXPERIÊNCIA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LATINO AMERICANOS

Cristina Simões Bezerra*
Mônica Aparecida Grossi Rodrigues**
Adelar João Pizetta***

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo contribuir para a divulgação e a avaliação das parcerias entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através da sistematização e análise de informações sobre o Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos e sua produção monográfica.

Palavras-chave: formação política, Universidades brasileiras, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

The present article has for objective to contribute for the spreading and the evaluation of the partnerships between the UFJF and the Brazilian Landless Movement through the systematization of information on the Course of Specialization in American Studies Latin and its monographic production.

Keywords: politic formation, Brazilian Universities, Brazilian Landless Movement

INTRODUÇÃO

A realização deste artigo se coloca como uma possibilidade de publicização e análise da parceria estabelecida há sete anos entre a Escola Nacional Florestan Fernandes/ MST e a Universidade Federal de Juiz de Fora, através da Faculdade de Serviço Social. Com o objetivo de traçar um histórico e uma primeira avaliação das parcerias entre a UFJF e o MST, foi publicada, em 2004, no terceiro número da Revista Libertas (versão impressa) uma

* Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora da parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Escola Nacional Florestan Fernandes e do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos.

** Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutoranda em Geografia na Universidade Federal Fluminense, integrante da parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Escola Nacional Florestan Fernandes e professora da disciplina de Metodologia de Pesquisa do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos.

*** Membro da Coordenação Nacional do Setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e da Coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes.

comunicação, proferida no III Congresso de Debates Latino-Americanos, realizado na Alemanha, em maio de 2003.

Neste sentido, o presente artigo recupera vários elementos da história desta parceria e avança, na análise de sua terceira iniciativa, que foi desenvolvida através do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos. Tendo como referência a proposta de formação política para os quadros dos movimentos sociais da Via Campesina, será retomada e atualizada a experiência de parceria com a UFJF. A apresentação do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos foi realizada apontando, inicialmente, as questões que justificam e fundamentam esta proposta, seus objetivos, o perfil e as expectativas dos alunos no curso. Em seguida, ressaltamos o processo de construção das monografias, destacando os eixos temáticos em torno dos quais se agruparam os trabalhos realizados.

1 – A FORMAÇÃO POLÍTICA NO INTERIOR DO MST E AS PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES

Desde sua origem, em 1984, o MST tem se defrontado com a necessidade de garantir um amplo processo de formação política para o seu quadro de militantes, desde a base acampada e assentada até seus dirigentes nacionais, com vistas a possibilitar a unidade política e ideológica, o desenvolvimento da consciência política-organizativa e a superação dos desafios impostos pela realidade. No início, essas atividades eram realizadas em parceria com o movimento sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular. Entretanto, com o crescimento, o fortalecimento e o redirecionamento das ações do movimento, foi se tornando evidente a urgência de investimento em um processo e um espaço próprios de formação, que tivessem como objetivo garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros nos âmbitos nacional, latino americano e internacional, e que tivesse como ponto de partida a prática social dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades. Primeiramente, este espaço foi articulado no Centro de Capacitação e Pesquisa na cidade de Caçador, em SC e, a partir de 1999, na Escola Nacional Florestan Fernandes que, fruto de uma campanha internacional de solidariedade, foi inaugurada em 2005.

No ano de 2002, o MST contabilizava que cerca de 53 mil militantes haviam passado pelos seus cursos de formação, na perspectiva de ampliar seus conhecimentos acerca da realidade e capacitar suas práticas sociais e políticas em favor de uma reforma agrária ampla e de transformações sociais efetivas. Segundo documento sistematizado pelo próprio movimento

A formação tem se debruçado sobre questões tais como: a melhor forma de implementar o estudo da realidade brasileira nos cursos e atividades, o funcionamento dos grupos de estudo nos estados, diferentes metodologias e níveis, a organização para a formação, por intermédio dos núcleos de base, a relação entre teoria e ação (MST, 2003: p. 10)

Podemos afirmar que, ao longo dos seus mais de vinte anos de existência, o MST vem realizando um movimento de ampliação de seu processo de formação política, que acompanha a transformação pela qual deixou de ser uma organização meramente local e regional e atingiu uma dimensão internacional, a partir de sua vinculação à Via Campesina¹. Neste processo, formar-se politicamente passa a ser uma obrigação e uma responsabilidade da militância em seu conjunto, de forma a garantir o fortalecimento do MST enquanto coletividade. Dentre os desafios que o movimento reconhece como principais para consolidar seus planos de organização e de ação, encontramos “a necessidade de formação de quadros e de militantes deve ser uma política urgente e permanente, se queremos que nossas organizações cresçam, avancem e vençam” (MST, 2005: p. 23).

É o movimento das massas que determina o ritmo e a necessidade da formação. Nos momentos de descenso deste movimento, é muito comum que se esqueça da formação e do trabalho ideológico, tomados pelo sentimento de apatia. Neste sentido, o MST se preocupa em questionar como é possível formar quadros no descenso do movimento de massas como o que estamos vivendo a mais de uma década? Para isso, recupera a idéia de que o processo de formação de quadros deve contribuir para formar e construir força social e política, isto é, ajudar a organizar o povo. É um requisito fundamental para acumular força. A formação se constrói então como um conceito de política, preparada e implementada de forma dialética,

¹ O MST foi um dos fundadores da Via Campesina, em 2004, que congrega movimentos sociais camponeses e indígenas de todo o mundo, com a intenção de promover a articulação internacional e de “descobrir as mudanças de funcionamento do capital e suas empresas, para poder desenvolver novas formas de luta, nos diversos movimentos, nos países e a nível internacional” (STÈDILE, 2003: p. 15)

articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios, valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos.

É importante observarmos que, para o MST, a formação política é um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. Portanto, abrange diferentes momentos e estratégias e se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Neste sentido, formação política se distingue de formação técnica e de educação formal enquanto um momento privilegiado de capacitação, que não se resume, de forma alguma, aos cursos de formação. Assim, na compreensão do movimento, o militante se forma politicamente em todos os momentos de sua participação, desde as discussões da base de acampados e assentados até os congressos nacionais, desenvolvendo, neste cotidiano, o conjunto de habilidades necessárias para uma atuação crítica, coerente e unitária. Esse entendimento não descarta, pelo contrário, requer cada vez mais o esforço e a dedicação ao estudo sistemático e aprofundado, principalmente da filosofia, da economia política, da história e da realidade em que estamos atuando.

Esta idéia está assim expressa em documento da Via Campesina:

A formação e a capacitação devem constituir um sistema organizado de caráter integral empregando diferentes modalidades de ensino que retome a cultura e a realidade da agricultura familiar camponesa, com temas entre os quais podemos citar: tecnologias apropriadas, gestão, comercialização, formulação de projetos e promoção de formas associativas. O educando das organizações camponesas deverá obter habilidades e destrezas organizativas, políticas mobilizativas, administrativas e agropecuárias, com um conhecimento pleno do meio rural, com um alto desenvolvimento nas capacidades de organização, comunicação, espírito analítico e eficiente. As organizações camponesas devem buscar que os dirigentes, líderes e instâncias de bases se formem capacitando-se, mediante técnicas, treinamento sistemático e rigoroso, com uma base teórica e prática partindo de suas habilidades individuais e coletivas (TORREZ, 2003: p. 27-28)

Tal proposta se completa com a idéia de que

A formação e a capacitação não devem ser conjunturais, devem obedecer aos interesses das organizações e ter um horizonte para onde vamos, com um processo de entradas e saídas para que os educandos tenham opções de se promover de acordo com seus interesses de grupo e individuais. Há escolas e planos de formação na maioria das regiões; algumas com mais tempo, outras em construção de seus estabelecimentos educativos. Não obstante, a escola

onde se formam os quadros não deve ser entendida como as quatro paredes que encerram o edifício; a formação se faz na ação, no acompanhamento, nas lutas de massas e no exemplo (IDEM: p. 29-30)

Neste sentido, o MST destaca alguns elementos pedagógicos, que devem estar articulados através da formação política: o estudo, o trabalho produtivo e o trabalho de base, uma vez que o lugar social (acampamentos, assentamentos, centros de formação, universidades, etc), a organicidade, os aspectos culturais, de construção de novas relações sociais e de comportamento baseado em novos valores são extremamente importantes para o processo de formação da consciência. Assim, esta formação política não se concretiza como uma tarefa ou uma responsabilidade exclusiva do Setor de Formação, mas deve perpassar todo o conjunto da organização. Todos os militantes e dirigentes devem ser formadores de base por intermédio de sua práxis.

Neste sentido, a concepção de formação vem sendo desenvolvida a partir de determinados princípios, dentre os quais destacamos:

- a) A formação é um processo permanente e sistemático, que possibilita aos militantes desenvolverem atividades concretas, em direção à conquista dos objetivos da organização.
- b) É parte integrante da organicidade e das lutas, que busca fortalecer as instâncias e setores de atividades, buscando sempre a unidade política e ideológica.
- c) O ponto de partida deve ser a prática social dos camponeses, permeada por contradições, desafios e possibilidades;
- d) A formação deve ser preparada e implementada em todos os níveis: base, militantes, dirigentes, quadros, sempre a partir dos objetivos e demandas da organização.
- e) Os processos de capacitação e qualificação devem atingir os militantes de maneira integral, desenvolvendo as diferentes dimensões da pessoa humana, contribuindo para a construção de uma nova ética – uma ética revolucionária.
- f) A formação deve ser uma espécie de alimentação ideológica da organização, em direção a conquista de seus objetivos estratégicos.

A política de formação de quadros é a política da organização, desde os níveis superiores até a base, tendo em vista a implementação das linhas políticas do Movimento, e também o inverso, da percepção dos anseios e demandas da base até as instâncias diretivas. O movimento coloca, então, que tal política deve ter uma intencionalidade, expressa no perfil de

militantes que se pretende formar. Sendo assim, alguns requisitos orientam o planejamento e a execução destas atividades de formação:

a) Criação de métodos para implementação das linhas e definições políticas na base, nas instâncias e setores da organização.

b) Implementação dos princípios organizativos de forma dinâmica e criadora, envolvendo e formando novos militantes, com capacidade de análise própria para a tomada de decisões.

c) Conhecimento e sensibilidade para compreender e respeitar a cultura do povo em suas diferentes expressões, redimensionando a história de luta dos povos na perspectiva da revolução cultural.

d) Relacionamento direto com a base, numa perspectiva de elevar o nível de consciência e da organicidade.

e) A simplicidade e a sensibilidade que se traduzem na capacidade de entender profundamente os dramas que vive o povo simples e, explicitar as causas e os motivos que levam a lutar por sua superação.

f) Expressão viva dos novos valores, tais como a solidariedade, o companheirismo, o espírito de sacrifício, o amor ao estudo e ao povo.

g) A partir da coerência e do cuidado consigo e com o outro, a crítica e a autocrítica ganham um espaço significativo. Ser capaz de avaliar a si mesmo, ao outro, e o trabalho coletivo, a partir destes valores, é tarefa fundamental.

h) Indignação contra qualquer tipo de injustiça cometida, levando os princípios e valores com os quais trabalha o movimento a todos os espaços em que atua.

i) Capacidade de discernimento ético e moral, transcendendo e superando a espontaneidade do movimento de massas, o que exige um nível mais elevado da consciência;

Nesta perspectiva, foram traçados, pela Via Campesina, importantes objetivos para a formação política, dentre os quais destacamos:

- Formar e capacitar para continuar resistindo com propostas e alternativas, a fim de evitar a exclusão total na sociedade;
- Fortalecer a liderança e idéias viáveis e possíveis para a organização e para seu meio rural;
- Priorizar a formação e capacitação de mulheres e com enfoque de gerações;

- Promover mais oportunidades de liderança;
- Formar e capacitar para dimensionar o papel dos setores sociais para enriquecer as expressões organizadas no campo;
- Formar e capacitar para resgatar a mística na luta mediante uma pedagogia participativa e exemplar; (IBIDEM: p. 29)

Diante desta ampliação da noção e das estratégias de formação política para seus militantes, o MST percebe, sobretudo a partir da década de 90, a necessidade de se articular, política e institucionalmente, com outros parceiros da sociedade brasileira, dentre os quais ganham destaque as universidades públicas. Estas parcerias não se fazem, entretanto, numa perspectiva meramente conjuntural, mas partem da certeza de que é necessário, também, “ocupar o latifúndio do saber”, ou seja, os espaços de produção e de socialização de conhecimentos, dos quais as universidades são os exemplos mais evidentes.

Esta articulação com as universidades se faz, portanto, a partir de uma necessidade de acesso à teoria, ao conhecimento científico, que pode, segundo análise do MST, garantir um movimento dinâmico entre prática – teoria – prática que possibilite compreender, orientar, corrigir e reorientar os princípios e as iniciativas da organização, devendo resultar, portanto, em “firmeza ideológica” (MST, 2001).

Neste sentido, afirma BOGO (1999: p. 74)

A agricultura moderna precisa de ciência, e esta encontra-se na cidade. A sua integração com os “cientistas”, possibilitará fazermos uma revolução cultural no campo, criando um novo tipo de camponês com novos hábitos, conhecimentos e habilidades, mantendo suas raízes culturais, alcançando assim a modernização com desenvolvimento econômico, social e humano.

Assim, a partir de experiências de parcerias firmadas com universidades pelo setor de educação², o MST, através do Setor de Formação e da Escola Nacional Florestan Fernandes, dá início, em 1999, através da parceria com a UNICAMP, a uma série de articulações com estas instituições de ensino superior para a oferta de cursos de formação voltados, especificamente, para os militantes de movimentos sociais rurais. Tal iniciativa era condizente

² Em 1994, surge no interior do setor de educação a necessidade de um Curso Superior de Pedagogia para os educadores, que constataram uma certa fragilidade das pessoas ligadas a este setor diante de novos desafios colocados para o conjunto da sociedade brasileira. Era, assim, uma possibilidade de aprofundamento e de discussão da proposta educativa do Movimento e de uma formação política mais ampla para os integrantes do curso. Desta necessidade, surgiu a primeira parceria do MST com universidades brasileiras, no caso, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

com um momento de abertura do Movimento à sociedade e de reafirmação da questão agrária na agenda política nacional.

As lutas localizadas formam a consciência com limitações, com tendências ao corporativismo, permanecendo na esfera das disputas econômicas. A relação das lutas sociais com as lutas mais amplas, com mudanças de reivindicações, de econômicas para políticas, elevam a consciência social para consciência política. Neste sentido é que os militantes e dirigentes vão se formando e constituindo-se em verdadeiros lutadores do povo. Deve-se combinar o processo de lutas com o estudo teórico, para que haja um desenvolvimento da consciência verdadeira. (MST, 2001: p. 116-117)

Esta foi a primeira de uma série de parcerias que foram firmadas com universidades públicas e privadas pelos diversos setores do Movimento, somando hoje mais de 60 experiências. Como teremos a oportunidade de avaliar no desenvolvimento deste artigo, tem início um importante movimento de ampliação e de renovação tanto para o MST quanto para as universidades, o qual nos será possível analisar a partir da experiência com a UFJF.

2 – A EXPERIÊNCIA DE PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes teve início no ano de 1999, por ocasião da passagem, pela cidade de Juiz de Fora, da Marcha Popular pelo Brasil. Em audiência com a Magnífica Reitora da UFJF, Professora Doutora Maria Margarida Martins Salomão, lideranças dos movimentos que compunham a Marcha propuseram que a Universidade estabelecesse parcerias com a Escola Nacional Florestan Fernandes para a realização de cursos que tivessem como público alvo a população do meio rural, historicamente excluída da maioria das políticas públicas e, conseqüentemente, do ensino superior. Naquela ocasião, a resposta da Reitoria foi positiva, e posteriormente, a Faculdade de Serviço Social foi convidada a coordenar estes trabalhos.

Deste primeiro contato, nasceu o Projeto de Extensão “Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural”, um curso de âmbito regional, que tinha o objetivo de iniciar, no interior do MST, a formação política de jovens da Região Sudeste, além dos estados da Bahia e do Mato Grosso. Este curso, realizado no período de 14 a 23 de julho de 2000, contou com a

participação de aproximadamente 320 jovens e foi desenvolvido por professores de diversas instituições de ensino superior do Brasil e por outros assessores dos movimentos sociais no campo. A programação incluía diversas temáticas que tinham o objetivo de despertar nos jovens presentes o conhecimento acerca de nossa formação política e de problematizar questões pertinentes a esta faixa etária, tais como drogas, sexualidade, gênero, etc.

A avaliação positiva desta primeira parceria, tanto por parte da UFJF quanto do MST, fez com que novas propostas surgissem para dar continuidade a esta formação política do meio rural. Assim, em janeiro de 2001, a Escola Nacional Florestan Fernandes apresentou à UFJF uma outra proposta de curso de extensão, voltado para problematizar novamente a realidade brasileira. Desta intenção, foi elaborado o Projeto “A Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros”.

Este segundo projeto de extensão desenvolvido em parceria com o MST representava, na verdade, uma proposta mais ampla em todos os sentidos. Pretendia se constituir como um curso que abordasse os diversos aspectos da realidade brasileira, numa perspectiva histórica e contemporânea, analisando-a a partir dos grandes pensadores brasileiros, permitindo, assim, refletir sobre o destino e os rumos do país. Iniciado num momento de grande ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique, representava, para o MST e também para a UFJF, uma possibilidade de se debater criticamente sobre alternativas para o quadro político que vivenciávamos. Tinha como meta atender a um público de 100 alunos, oriundos de todo o país, entre militantes e lideranças que atuassem nos movimentos sociais do meio rural. Estes participantes seriam selecionados pela Escola Nacional Florestan Fernandes, deveriam ter, preferencialmente, segundo grau completo e estar atuando na área de formação dos movimentos.

O curso foi realizado em quatro módulos de aproximadamente quinze dias cada um, aproveitando o período de férias da UFJF. Contou com a presença de 78 alunos, oriundos de 8 movimentos sociais no campo, que deram à turma o nome de “Milton Santos”. Os temas trabalhados foram: formação econômica, étnica e cultural do Brasil, território e sociedade brasileira, a formação das classes sociais, a questão agrária e a construção de um projeto nacional para o Brasil, dentre outros.

Avaliações periódicas demonstravam que o curso vinha atingindo seus objetivos, garantindo uma maior maturidade política e qualificando as ações destes militantes.

Destacava-se o fortalecimento das organizações a partir do curso, o nível qualificado das assessorias e a importância do desafio de realizar um trabalho de conclusão de curso que problematizasse questões específicas dos movimentos. Um outro elemento positivo foi a decisão de regionalizar o curso, ou seja, os participantes desta turma nacional iriam buscar parcerias com outras universidades de suas regiões para socializar as discussões realizadas em Juiz de Fora. Desta iniciativa, nasceu a parceria com 5 universidades brasileiras, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Chapecó e Universidade Católica de Goiás, que, a partir do primeiro semestre de 2003, começaram a realizar cursos nos mesmos moldes que este para outros 500 alunos.

Destaca-se, neste curso, a produção, a apresentação e os debates dos trabalhos de conclusão elaborados pelos alunos. Divididos em 5 áreas temáticas, a saber Gênero e Cultura, Questão Agrária e Agricultura, Questão Urbana, Educação e Formação e História, e avaliados por professores da UFJF e por lideranças dos movimentos sociais, os 61 trabalhos revelaram diversos e significativos aspectos da realidade brasileira, representando uma relevante produção de conhecimentos que foi de extrema importância tanto para o cotidiano dos movimentos sociais quanto para a UFJF.

Ao final da realização deste projeto de extensão, a terceira parceria entre o MST e a UFJF foi firmada em março de 2003, desta vez para a realização de um Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, demanda que surgiu dos próprios alunos do curso Realidade Brasileira. Esta experiência será apresentada e analisada com maior destaque nos itens que se seguem.

2.1 - O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LATINO AMERICANOS

A iniciativa de se desenvolver um Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos veio no sentido de entender e fortalecer os processos históricos na América Latina, suas contradições e superações possíveis, buscando caminhos para uma integração soberana, que respeite a autodeterminação dos povos e a cultura histórica que lhes são próprias, assim como suas riquezas materiais.

Na perspectiva de construção e de fortalecimento de um pensamento histórico, o curso buscou capacitar os militantes dos movimentos ligados à Via Campesina no sentido de desenvolver lutas de resistência com proposições globais que tivessem como meta entender, discutir e agir a partir de uma matriz histórica latino-americana. Para isso, tinha como proposta recuperar o pensamento de intelectuais e militantes latino-americanos, tais como Simon Bolívar, José Martí, Che Guevara, Mariategui e tantos outros que tinham como expectativa a construção da “Grande Pátria Latino Americana”, atualizando-a a partir da articulação dos movimentos sociais e das lutas dos camponeses no mundo, que são afetados pelas políticas da OMC e das grandes empresas transacionais.

A atual fase de desenvolvimento do capitalismo internacional e das sociedades humanas demonstra profundas contradições que se afluam como resultado do próprio processo histórico. No mundo globalizado, novos sujeitos sócio-históricos se levantam para denunciar a voracidade do capital e do mercado que agem no sentido de depreciar as sociedades nacionais, as vidas dos seres humanos que nela habitam, juntamente com o conjunto de recursos naturais. Como nos diz o filósofo húngaro MESZAROS (2003), vivemos num período histórico onde o capital perdeu sua capacidade civilizatória. A exigência histórica colocada é a construção de um novo projeto societário, em suas dimensões éticas e políticas, para a humanidade capaz de desenvolver um intenso processo de humanização da vida.

Mecanismos de dominação e controle social vêm, historicamente, sendo implantados na América Latina a partir dos países do centro do capitalismo financeiro. Do período da colonização até a consolidação do capitalismo dependente, desenvolve-se um processo de intensa exploração do trabalho, acompanhado de massacres e de formas sutis de uma perversa ideologia. No entanto, o movimento da história latino-americana produz lutas e resistências dos povos desse continente e, neste contexto histórico de integração subordinada sujeita à constantes reatualizações, faz-se necessário encontrar alternativas para a América Latina.

A proposição do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos esteve aliada, portanto, com o compromisso de fortalecer a postura democrática e progressista da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dentre os objetivos aos quais o Curso se propunha, destacamos:

a) Dar continuidade ao processo de formação de educadores populares e dirigentes de diferentes movimentos sociais urbanos e rurais, que participaram do curso sobre Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, desenvolvido nesta Universidade.

b) Estudar e compreender o processo de formação social, econômica, política e cultural da América Latina, com ênfase nos grandes pensadores latino-americanos, para entender a situação em que vivemos atualmente.

c) Elevar o nível de conhecimentos, bem como a escolarização de educadores e dirigentes populares que já possuem um curso superior e que estão atuando nos diferentes movimentos populares e sociais, qualificando suas práticas.

d) Possibilitar um maior intercâmbio entre educadores/dirigentes de movimentos sociais do Brasil, da América Latina e da própria Universidade, trocando experiências, interpretações e elaboração sobre essa realidade a ser estudada e transformada.

A partir dos dados contidos nas fichas de inscrição dos 55 alunos, realizamos uma sistematização e apresentamos à turma, na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada aos Movimentos Sociais, como um exercício onde se discutiu a importância da sistematização de dados dos movimentos sociais acerca do perfil de seus sujeitos e dos documentos por eles produzidos.

Esta sistematização nos possibilitou conhecer o perfil da turma e, ainda, as suas expectativas em relação ao curso. O primeiro aspecto a ser ressaltado se refere à presença majoritária (56%) de mulheres. A formação acadêmica dos alunos é diversificada em termos de áreas de conhecimento abrangendo 18 cursos, a saber: Letras, Artes, Direito, Economia, Filosofia, Ciências Contábeis, Biologia, Agronomia, Educação Física, Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia, História, Geografia, Teologia, Arquitetura, Informática, Administração de Empresas. Quantitativamente, a concentração maior se encontra nos cursos na área das Ciências Sociais e Humanas.

Os alunos estão vinculados a diversas organizações rurais e urbanas situadas em três países da América Latina. Do Brasil, participaram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Consulta Popular, Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAB) e Rede Nacional de Advogados

Populares (RENAP). Tivemos ainda a participação do Movimento Campesino Paraguai (MCP) e da Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), oriundos do Paraguai, e da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), do Chile.

Quanto ao vínculo destes alunos com suas organizações, notamos a predominância de militantes, formadores e dirigentes, mas também a presença de assessores. Em seu trabalho cotidiano nas organizações, estes alunos destacaram, como principais atividades desenvolvidas, a coordenação política nacional, a coordenação do coletivo nacional de educação, a coordenação do coletivo nacional de projetos, a coordenação de equipes técnicas, elaboração e monitoramento de projetos e trabalho de organização de base.

As expectativas dos alunos em relação ao curso revelaram a preocupação coletiva com a busca e socialização de conhecimentos, com a superação de limites e o exercício da disciplina teórica. Isto fica evidente nas seguintes afirmações:

- Aprofundamento de questões históricas e teóricas para melhor compreensão e transformação da realidade latino-americana;
- Capacitação e qualificação da prática militante;
- Continuidade do processo de formação e de qualificação teórica através do estudo dos pensadores latino-americanos e a socialização de conhecimentos sobre a América Latina junto às organizações;
- Intercâmbio e articulação entre os militantes;
- Aprimoramento dos movimentos sociais presentes no curso.

O curso foi desenvolvido em 5 etapas, nos períodos de férias da UFJF, entre junho de 2003 e agosto de 2005. Foi organizado em 15 disciplinas, ministradas por professores e assessores de todo o Brasil e da América Latina, através de trabalho voluntário. Ao final do curso foram elaboradas 37 monografias, cujo processo de elaboração e de avaliação foi, mais uma vez, um momento de socialização de conhecimentos e de afirmação das grandes questões relacionadas às lutas sociais na América Latina e aos desafios postos às organizações populares no continente.

2.1.1 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: A PRODUÇÃO MONOGRÁFICA

O processo de produção de conhecimentos teve como espaços privilegiados a disciplina de metodologia de Pesquisa Aplicada aos Movimentos Sociais e a elaboração das monografias de conclusão de curso, onde os alunos puderam eleger seus objetos de estudos a partir de um intenso debate com os movimentos sociais, tendo como referência a definição de temáticas estratégicas. A qualificação dos alunos para a elaboração da investigação foi norteadada pela perspectiva pedagógica de Paulo Freire, que nos indica que conhecer e transformar a realidade são exigências recíprocas (FREIRE, 1996).

O processo de orientação e qualificação das monografias foi construído conjuntamente entre a Universidade e os movimentos sociais envolvidos. FERNANDES (2001), ao apresentar a caminhada do MST em relação à pesquisa, nos chama atenção que

Para um movimento social que causa expressivos impactos socioterritoriais com as ocupações de terra, com os acampamentos, e transforma latifúndios em assentamentos, num processo contínuo de ressocialização, pesquisar é fundamental para compreender as novas realidades criadas na luta e na resistência. Por meio da pesquisa o Movimento procura entender melhor as transformações que causa com suas ações, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária (p. 88-89)

Este autor ainda destaca três questões fundamentais que envolvem o trabalho do pesquisador militante: o desafio, a ousadia e o compromisso.

A partir destas reflexões, e tendo como norte o paradigma marxiano, a proposta pedagógica da disciplina foi construída e a metodologia de trabalho foi desenvolvida através de aulas expositivas e dialogadas, trabalhos e exercícios práticos de caráter individual e debate em grupos por mesas temáticas, onde as propostas de estudo foram articuladas por eixos. As orientações individuais para o desenvolvimento das monografias foram realizadas por professores da UFJF e de outras universidades, assessores, dirigentes e militantes dos movimentos sociais. A escolha dos orientadores foi realizada pelos alunos de acordo com suas expectativas e possibilidades, inclusive de proximidade geográfica.

O momento de avaliação das monografias proporcionou aos participantes o exercício de aproximação, diálogo e intenso debate, e ainda a reafirmação de uma prática pedagógica participativa e democrática. Estes trabalhos foram avaliados através de mesas temáticas que

envolveram professores universitários e assessores dos movimentos, reunindo 37 monografias nos seguintes eixos temáticos que apresentaremos a seguir:

Eixo 1 – Estado e Movimentos Sociais: Os trabalhos agrupados nesta mesa abordaram temáticas que se referem a: o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e o impacto da política neoliberal no processo de organização e resistência dos trabalhadores da América Latina; as características do modelo de desenvolvimento da América Latina e os processos de exclusão social dele resultantes; a contemporaneidade da contradição capital e trabalho e a constituição das classes sociais em luta, com destaque para as classes trabalhadoras da América Latina; o pensamento social latino-americano e sua contribuição para a organização e a luta dos movimentos sociais; a perspectiva de construção de um projeto nacional e popular para o Brasil; o resgate das lutas e movimentos sociais na América Latina; os desafios atuais para a construção do socialismo na América Latina. Os trabalhos apresentados neste eixo foram:

- O impacto do neoliberalismo nos movimentos sociais de alguns países da América Latina
- Aportes à análise crítica do modelo de desenvolvimento econômico chileno
- O resgate histórico das lutas e movimentos sociais pela moradia em Porto Velho
- Capitalismo e Proletariado no Século XXI, na perspectiva de luta de classes
- A dimensão libertária na América Latina no pensamento de Florestan Fernandes
- A Defesa do Estado Nação, como Instrumento de Fortalecimento dos Movimentos Sociais: uma abordagem sobre a Construção de Um Projeto Popular no Brasil.
- O Neoliberalismo e a Resistência dos Movimentos Sociais na América Latina: Exército Zapatista de Libertação Nacional-**EZLZ**

Eixo 2 – Estado, partidos políticos e políticas públicas: Esta mesa representou a oportunidade de uma discussão coletiva dos trabalhos que se voltaram para as seguintes temáticas: a contribuição do pensamento social latino-americano para a construção de processos revolucionários na América Latina e para a análise do desenvolvimento capitalista; o processo de construção da democracia e da integração na América latina, com destaque para

os casos do Brasil e da Venezuela; análise histórica de governos latino-americanos, tendo como referência a perspectiva da soberania nacional; implicações da política neoliberal; o debate sobre novas estratégias de organização e luta pelo poder na América Latina; a construção do socialismo na América Latina. Os trabalhos apresentados neste eixo foram:

- O caráter da revolução social na América Latina: o importante legado de José Carlos Mariategui.
- Da esperança à frustração: um paralelo da Continuidade entre os governos FHC e Lula
- Democracia e integração na América Latina: alguns elementos dos casos venezuelano e brasileiro.
- O desafio de contruir um novo instrumento político para o Brasil
- A busca pelo socialismo na América Latina: o governo de Salvador Allende
- El Dr. Francia y la Soberanía Nacional
- BRASIL: um país em desenvolvimento? A atualidade da Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina

Eixo 3 – Cultura, educação e formação política: Esta mesa agregou os trabalhos preocupados em problematizar a relação entre educação, cultura e formação política no interior das organizações camponesas participantes do curso, em especial o MST, atentando para as contradições desta relação a partir das influências da lógica de mercantilização da sociedade capitalista. Dentre os temas trabalhados, destacamos: a análise histórica sobre os processos de formação de quadros das organizações políticas da esquerda brasileira; a dimensão educativa das ocupações de luta pela terra no Brasil; a cultura e a arte como elementos formadores da consciência das classes trabalhadoras na sociedade capitalista; a realidade e as contradições na educação e na formação de jovens e adultos no interior do MST; as definições de cor e raça no interior do MST: suas contradições, lutas e seus enfrentamentos; as escolas de formação do MST e sua contribuição para a organicidade do movimento; a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes como um processo de formação política através do trabalho voluntário. Este eixo foi composto dos seguintes trabalhos:

- A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório
- Reflexões acerca da cultura e da arte e o movimento da consciência em si
- A pedagogia do MST: realidade e contradições na educação de jovens e adultos
- Formação Política, Identificação e Juventude no MST
- A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil
- A formação de quadros políticos de esquerda
- Definições de cor e relações raciais em Marabá/ PA: o bairro do Cabelo Seco
- Escolas de formação e organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma relação necessária?

Eixo 4 – Gênero e Classes Sociais: Este eixo teve enfatizado a relação de gênero e classe no processo de desenvolvimento do capitalismo, ressaltando a sua relação com o patriarcado. Foram questões tematizadas pelos trabalhos: a exploração da mulher, a violência nas relações de gênero; o significado da linguagem no processo de reconstrução do ser humano; o protagonismo e a invisibilidade das mulheres nas memórias das lutas e dos movimentos sociais latino-americanos e a pertinência de organizações autônomas de mulheres. Cabe destacar, ainda, os desafios lançados à reflexão e prática dos movimentos sociais referentes às relações de gênero e classe nas organizações mistas e à construção de um projeto popular de agricultura camponesa, a partir da luta e resistência ao agronegócio e à cultura patriarcal e machista.

- A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas no Rio Grande do Sul
- A invisibilidade das mulheres na memória das lutas sociais na América Latina: protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro
- CONAMURI, organización autónoma de mujeres del sector popular. Su pertinencia en el Paraguay de hoy.
- Desconstruir a linguagem e descolonizar o corpo

Eixo 5 - Produção, Cooperação e Meio Ambiente: Este eixo discute a produção, a cooperação e o meio ambiente, considerando: o desenvolvimento e as crises do capitalismo e os tratados comerciais internacionais; a constituição histórica do modelo de dominação em países da América Latina e processos de transição; o desenvolvimento dependente da América Latina e a formação da ideologia desenvolvimentista; o controle dos recursos energéticos, com destaque para os recursos hídricos e sua apropriação privada; as conseqüências econômicas, sociais e ambientais do modelo energético de barragens, com destaque para a Amazônia, a realidade vivida pelas populações atingidas e a atuação dos movimentos sociais; a identidade camponesa e a constituição de um espaço latino-americano de articulações das organizações e lutas no campo; a hegemonia do capital na construção do modelo de agricultura brasileira; o agronegócio como estratégia política e econômica do capitalismo e seu processo de implantação e desenvolvimento no Brasil; a cooperação e assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária; a participação e o controle por parte dos movimentos sociais, na construção de um novo modelo produtivo e formativo; o ordenamento espacial, as unidades produtivas nos assentamentos, o planejamento espacial e a organização da moradia; lutas sociais na ocupação do espaço rural. Os seguintes trabalhos foram apresentados no desenvolvimento deste eixo:

- Transição do modelo de dominação do Paraguai
- O valor sócio-econômico da água: a exclusão do homem do seu meio e a expropriação dos recursos hídricos.
- América Latina, desenvolvimento e ideologia: entre o desenvolvimento que se tem e o que se quer
- O desenvolvimento do capitalismo na agricultura na região das Missões, suas contradições e superação.
- Assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária, sua função e importância: visão do MST
- Mega-projetos hidrelétricos na Região Amazônica: Infra-estrutura de Rapina Capitalista

- Desenvolvimento dependente na América Latina e a questão ambiental
- Cooperação: desafios atuais e possíveis caminhos
- Identidade campesina e a construção da CLOC como um espaço de lutas e articulações
- Contribuições sobre o planejamento espacial dos assentamentos de reforma agrária e a organização da moradia no DF e entorno
- O Agronegócio no Brasil: Processo de implantação e Contradições

A UFJF deu início a uma segunda turma deste Curso em julho de 2006, tendo em vista a avaliação positiva da primeira experiência. Nesta segunda oportunidade, contamos com 42 militantes de movimentos sociais rurais e urbanos de todo o Brasil e da Argentina, que já se encontram na segunda etapa do curso, definindo temáticas para suas monografias.

CONCLUSÃO

Apesar da heterogeneidade das experiências aqui descritas, acreditamos que é possível fazer um balanço das parcerias que o MST tem firmado com as universidades brasileiras, pois, enquanto sujeitos coletivos, tanto a universidade quanto o MST vivenciam processos de crítica e de amadurecimento de suas posições políticas e pedagógicas. Podemos considerar que as experiências de parceria entre o Movimento e as universidades constituem um verdadeiro processo educativo. As universidades saem extremamente enriquecidas deste processo, pois ele representa uma oportunidade de avaliação dos caminhos trilhados por elas.

Tais movimentos trazem a dinamicidade da vida e das lutas cotidianas, questionam os valores, as burocracias e os vícios acadêmicos, impulsionam o universo do conhecimento científico a gerar propostas concretas de intervenção na realidade. Neste sentido, fica fortalecida a perspectiva de uma universidade democrática, aberta, plural, capaz de garantir o acesso ao conhecimento como um direito fundamental do ser humano. Estas experiências representam uma importante crítica aos formatos tradicionais dos cursos universitários e à concepção de educação ainda dominante no seu interior, fortalecendo a perspectiva de uma universidade mais próxima às necessidades do povo e ao projeto político da classe trabalhadora.

Universidades e movimentos têm se educado reciprocamente neste processo, pois acabam por se descobrir como parceiros na projeção e na construção de políticas públicas que permitam a democratização do acesso a uma educação comprometida com as grandes causas sociais.

O público alvo atendido por estes cursos nos parece, então, um elemento extremamente positivo para analisarmos. Ao envolver militantes dos movimentos sociais, sobretudo educadores do campo, cria-se um verdadeiro efeito multiplicador, pois a qualificação da intervenção social destes quadros atinge, indiretamente, um grande número de militantes que participam dos movimentos sociais organizados. Além disso, possibilita que uma parcela da população geralmente excluída do meio acadêmico tenha acesso à Universidade, fortalecendo a auto estima e a perspectiva de uma cidadania realmente inclusiva através da educação.

Os educadores do movimento, ao participarem dos cursos em parceria com as universidades, constroem a verdadeira identidade destes cursos. A presença na Universidade não é como indivíduo, mas como parte de uma identidade coletiva cujo processo de construção não começa nem termina no espaço universitário. São pessoas com marcas de exclusão, de discriminação, de dominação, mas também de resistência. Estas pessoas querem estudar para *não ter que sair do campo*. Ao contrário do tratamento individualista que a Universidade ainda sustenta, percebemos a afirmação das turmas como sujeitos coletivos.

“Antes de universitários, somos Sem Terra, temos a marca da terra e da luta que nos fez chegar até aqui”. Este depoimento demonstra que, para os militantes do MST, estar na Universidade é mais do que estar envolvido em processo de profissionalização técnica. É a possibilidade de afirmar a identidade de resistência e de luta social. Isto representa um novo jeito de estar na Universidade, pois divulga a causa da Reforma Agrária e aumenta o compromisso da sociedade com ela. A discussão desta temática fica viabilizada no interior da Universidade pela presença dos militantes dos movimentos em vários momentos e espaços da dinâmica da universidade: comunicações em salas de aula para os alunos da graduação, encontros nos espaços públicos, etc. Enfim, torna-se possível uma saudável troca de experiências e de informações através desta convivência entre os educadores do movimento e a comunidade acadêmica.

Como afirma BOGO (In MOTTA, 2005: p. 419-421),

Sem-terra, mais do que uma condição social, é uma referência política, social, cultural. Inicialmente é um substantivo composto que designa a condição social de alguém que vive do trabalho agrícola e tem aptidão para o mesmo, mas não possui a sua própria terra. É, portanto, um ser social sem propriedade, destituído de bens e posses, ou seja, é alguém que vive em condição de pobreza. A origem do MST, em 1984, está relacionada com a intenção inicial de organizar os sem-terra de todo o Brasil com o objetivo de lutar pela reforma agrária. O movimento passou a considerar sem-terra todos os trabalhadores que vivem no meio rural brasileiro; diaristas, meeiros, posseiros, arrendatários, filhos de pequenos proprietários e pequenos proprietários com até cinco hectares de terra. A partir daquele momento, a gramática ganhou um novo vocábulo e a classe trabalhadora, uma nova categoria de trabalhadores; que passou a dar forma organizativa ao próprio movimento. Assim, o substantivo sem-terra (com hífen) mudou de forma e se tornou sujeito, Sem Terra. (...) Assentado (a) sobre sua conquista, agora o (a) Sem Terra olha para os outros e para o mundo e sente-se parte dele. Quer com suas mãos, deixar impressas na história as impressões digitais para que as gerações presentes e futuras o reconheçam e se orgulhem dele.

No que se refere especificamente à produção monográfica, destacamos que ela representou um esforço intelectual e coletivo. Os conteúdos dos trabalhos elaborados convergem para um elemento central: a compreensão e a análise das transformações societárias para a construção de um projeto popular para a América Latina. No desenvolvimento desta produção, foi possível a realização de uma série de pesquisas de campo, com a sistematização de documentos produzidos pela Via Campesina, Coordenadoria Latino Americana de Organizações Camponesas (CLOC) e demais movimentos sociais, proporcionando uma aproximação e análise da realidade onde atuam os movimentos sociais latino-americanos. Além disso, foi a oportunidade de se “dar voz” à base e aos dirigentes destas organizações, através das várias técnicas de coletas de dados utilizadas pelos educandos (alunos). O conjunto destas monografias se apresenta, então, como uma produção relevante para a UFJF e sua publicização irá contribuir para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tem sido e permanece como um grande desafio no processo de formação de quadros, a articulação entre o saber popular do qual os dirigentes são portadores, com o conhecimento científico adquirido nos cursos/universidades, na perspectiva da produção de novos conhecimentos, voltados à interpretação da realidade que está em processo de transformação pela práxis coletiva dos movimentos sociais. No entanto, fica demonstrado nessas

experiências, que estamos abrindo caminhos e construindo alternativas que avancem na construção do novo.

Estes e tantos outros elementos nos fazem postular que as parcerias entre as universidades e o MST devem ter uma continuidade, ampliando, assim, as oportunidades de socialização de conhecimentos e de fortalecimento de organizações da sociedade civil que possam revitalizar o debate acadêmico em torno das grandes causas sociais. Neste processo, acreditamos que as responsabilidades mútuas e o respeito à autonomia de ambas as partes nos parecem lições absolutamente vitais para este tipo de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, Cristina Simões. A educação no MST e as parcerias com as universidades. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 2, n. 3, p. 119-125, 2004.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*; formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A questão agrária*, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*; saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLLING, Edgar, CERIOLI, Paulo Ricardo & CALDART, Roseli Salete (orgs.). *Educação do Campo*; identidade e políticas públicas. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MÉSZAROS, Istvan. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST 1985/2002*; documento elaborado para o Encontro das Agências de Desenvolvimento. Porto Alegre: 2003, não publicado.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, 2005.

STÉDILE, João Pedro. Conjuntura internacional da agricultura. In *VIA CAMPESINA. IV Conferência Internacional da Via Campesina*. Honduras: Peres, 2003, p. 08-16.

TORREZ, Fausto. A necessidade da formação e capacitação para os camponeses e camponesas. In *VIA CAMPESINA. IV Conferência Internacional da Via Campesina*. Honduras: Peres, 2003. p. 26-31.